

A história do 'jeton' e a conspiração da imprensa

LUIZ CARLOS LISBOA

Um personagem de John Osborne recomenda, no primeiro ato de *Um Hotel em Amsterdã*, que não se acredite absolutamente em espelhos e jornais, porque há neles o perigo de deformações e porque afinal de contas é de muito mau gosto refletir uma realidade que ninguém pediu para conhecer. Alguns políticos do PMDB e do PDS, no Brasil, concordam inteiramente com essa opinião e revelam uma concepção interessante do mundo quando afirmam que, no caso dos parlamentares que recebem jeton e não comparecem às sessões do Congresso, são condenáveis apenas as denúncias e não os fatos denunciados. A posição é um retrato de corpo inteiro da mentalidade que deitou raízes nos costumes políticos brasileiros, antiga e disseminada a ponto de parecer natural.

O presidente da Câmara dos Deputados, que exerceu a Presidência da República enquanto o ocupante efetivo fez uma visita oficial a um país vizinho, pretende remediar o problema, segundo se diz, cortando o jeton dos deputados faltosos "em três dias da semana", e mandando pagá-lo nos demais dias, inclusive sábado e domingo, quando não se realizam sessões. Um grupo de deputados propõe uma saída para a situação duvidosa, pedindo que seja aumentado o fixo dos salários de parlamentares, de modo a que o jeton tenha importância quase simbólica. Outros desejam a incorporação total dessa gratificação por comparecimento ao salário, de maneira que os dignos representantes do povo possam faltar à vontade sem qualquer perda nos seus vencimentos. As propostas e sugestões nesse sentido são oferecidas de forma velada e constrangida, porque não convém tocar de público num assunto tão desgastante, em época tão sensível.

Com o livre exercício dos direitos políticos, a Nova República trouxe também uma nova preocupação com a coerência e a correção, que tornou o País mais atento a um flagelo que jamais o abandonou, mas ao qual ele se adaptou por um processo de pacificação mental que tem mais a ver com uma necessidade emocional do que com a convicção. Se agora os olhos estão mais abertos e a rejeição à injustiça e à corrupção é mais aguda, torna-se compreensível que aumente nos meios de comunicação o espaço dado à insatisfação popular generalizada contra o mundo político nacional. Mas os jornais, como os espelhos, não têm culpa no caso. Em ano eleitoral isso é preocupante, sem dúvida, mas nem assim assiste razão aos que atribuem essas queixas e denúncias a uma conspiração, ou a uma campanha orquestrada — velhos e históricos pretextos de políticos brasileiros incomodados por acusações reiteradas.

Não importa que o artigo 33 da Constituição vincule diretamente a parte variável do subsídio de deputados e senadores ao seu comparecimento à sessão legislativa, e que isso não esteja sendo obedecido. Pouco importa que, num país pobre como o nosso, parlamentares estejam recebendo indevidamente, todos os dias, uma gratificação equivalente quase

à metade do salário mínimo mensal com que tem de viver grande parcela da população. Os protestos e a inconformidade com essa irregularidade fariam parte de "um plano para desmoralizar o Poder Legislativo, armado pelos inimigos da democracia" etc. A causa pública e os mais nobres sentimentos cívicos são tradicionalmente invocados para esconder, disfarçar e de preferência silenciar. A existência de um Congresso independente e respeitável é necessidade lembrada com veemência, sem que se acentue que é preciso firmar essa independência e respeitabilidade em fatos, para em seguida zelar por ela sem receio de estar cultuando uma ficção. Quando o ministro do Exército afirmou, bem-intencionada e encorajadoramente, que "temos que acreditar no Congresso", não está sugerindo uma fé cega e infundada mas sim uma confiança baseada em fatos.

Há um número expressivo de políticos, entre parlamentares e administradores, que tem plena consciência das graves lesões produzidas na credibilidade da classe política no Brasil pela irresponsabilidade de homens públicos que têm contribuído para o ceticismo que se espalhou pelo País, a seu respeito. Esses homens sabem que toda tentativa de defender-se atacando os denunciantes está fadada ao esvaziamento porque se identifica há muito com um truque desmoralizador. Os jornais sérios e a televisão fazem, no caso, aquele mal que os espelhos fazem, revelando um rosto que não se deseja ver, ou que pelo menos não se quer divulgar. Criticar o espelho pela fidelidade cruel da imagem que ele reflete é desonesto ou doentio. Não é agradável acreditar que ainda existe quem adote o expediente totalitário de acusar o acusador para escapar à acusação. A atitude de gente que cresceu política e psicologicamente seria certamente a admissão dos erros, do engodo infantil, e a luta a céu aberto para moralizar o que está destruindo as estruturas democráticas que precisam ser preservadas.

Passa um calafrio pela espinha das pessoas de bem deste país quando lembramos que há uma Constituinte pela frente, com a missão de reorganizar a vida jurídica e administrativa da Nação. Com essa disposição para o trabalho, que esperar de parlamentares e políticos que terão de legislar no cotidiano e traçar as linhas mestras de uma nova Carta Constitucional? As alegações de que o congressista labora também fora do Congresso já foram usadas neste país por outros profissionais, quando queriam ausentar-se do lugar onde deviam estar cumprindo seu dever maior. As comissões do Congresso, as viagens aos Estados, tudo deve ser colocado a serviço do essencial, que é a votação e a discussão de leis, e a presença vigilante no centro de decisões políticas que é o Legislativo. O mais é pretexto e abuso, e os congressistas que continuam merecendo a confiança de seus eleitores sabem disso. Benditos jornais e espelhos, que mostram a todo instante a realidade que deve ser aceita quando inevitável, modificada quando preciso e conhecida sempre, para que todos saibam, como dizia o poeta, de que matéria somos feitos.